



## O PAPEL DO TRABALHO E DA RAÇA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO, O CASO DA ÁFRICA DO SUL, DE 1907 A 1943

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3669

Marlova Teresinha Fritzen, UFPR

### Resumo

O papel do trabalho e da raça na formação da nação sul africana, no período de 1907 à 1943 são a parte principal desta pesquisa. A criação e atuação dos sindicatos e de seus agentes, frente as políticas colonialistas inglesas, nos dão o panorama do universo laboral deste período. O objetivo desta análise é entender os processos de formação das estruturas no mundo laboral e como as questões de raça definem as relações de trabalho na África do Sul. Para tanto, realizou-se, primeiramente, uma escolha criteriosa das fontes e também uma pesquisa da produção bibliográfica, abrangendo a historiografia sobre o tema do trabalho e dos sindicatos sul africanos. A investigação, em estágio inicial, percebeu que as indústrias da África do Sul, neste período, se estabeleceram sob o trabalho migratório, onde as funções especializadas foram reservadas para os brancos e o trabalho sob contrato, fundamentou as regras de trabalho desfavorável para os africanos. A política estabelecida no mundo do trabalho, onde a segregação já começou a aparecer, impôs condições específicas para os trabalhadores brancos e condições desfavoráveis para os africanos, englobando, nestas especificações, a população local e os trabalhadores migrantes. Nos sindicatos as diferenças e segregações raciais aparecem através dos sindicatos só para descendentes de europeus e os sindicatos revolucionários e anarquistas multirraciais.

### Palavras Chave:

Trabalho, raça, sindicatos, África do Sul.

## Introdução

A discussão proposta neste artigo é sobre as questões de trabalho com a formação dos sindicatos, suas características e a influência das questões raciais neste universo laboral e sindical da África do Sul. Através de algumas das fontes selecionadas e da bibliografia pertinente ao tema, procuraremos expor como os sindicatos se formaram e quem eram seus associados e líderes. As influências políticas se mostram presentes, onde a tendência capitalista dominava a industrialização pós descoberta dos diamantes e do ouro<sup>1</sup> e antes do estabelecimento da República da África do Sul.<sup>2</sup> Observamos o panorama social que se estabeleceu na África do Sul, que foi moldado através da segregação racial e exploração da mão de obra migrante.

## Objetivos

Concebendo este estudo histórico sob uma perspectiva regional, o objetivo central será identificar e entender o papel do trabalho e da raça na União da África do Sul<sup>3</sup> no período de 1907 a 1943. Como objetivos secundários e que complementam a pesquisa, os outros objetivos são de identificar o contexto de

formação dos sindicatos e o posicionamento destes sindicatos e seus agentes, frente as políticas estabelecidas pelo governo vigente. Ainda buscamos entender como as questões raciais foram sistematizadas dentro do universo laboral deste período.

Questões raciais nas relações de trabalho na África do Sul

As questões raciais permearam invariavelmente o universo laboral e político da África do Sul. Ao analisarmos o *Document 121 – A. Mon (M.N.Averbach). "The Colour Bar and the National Struggle for Full Democratic Rights"*<sup>4</sup> localizamos a posição da burocracia estalinista que trazia a ideia de instaurar uma "*Black Republic*" pensada pela burocracia comunista de 1928. O documento reafirma que a *República Negra* não é o desejo das massas não europeias, que despertaram para a consciência política. O desejo real dos não europeus,<sup>5</sup> expressado pelo Movimento Unitário, é o desejo por direitos democráticos reais para todos. É o desejo pela igualdade com os europeus, pela abolição de todas as distinções discriminatórias entre europeus e não europeus, por um Estado onde europeus e não europeus não se hostilizassem, e onde as opressões raciais jamais fossem contempladas e nem praticadas. Em outro documento,<sup>6</sup> a menção é sobre a vontade

1 A descoberta dos diamantes em Kimberley foi em 1859, começando a exploração efetiva em 1862. As minas de ouro de Witwatersrand foram descobertas em 1886. Para ver mais, consultar: HARRIES, P. *Work, Culture and Identity: Migrant Labourers in Mozambique and South Africa 1860-1910*. London: James Currey, 1994.

2 A República da África do Sul foi estabelecida em 31 de maio de 1961. Ver: THOMPSON, L. *Ibidem* pp. 154-158.

3 A União da África do Sul foi estabelecida em 1910 com a anexação das Repúblicas Boeres do Transval e do Estado Livre de Orange. Vide: THOMPSON, L. *The History of South Africa*. 3ª ed. United States of America, Yale University. 2001.

4 Document 121 – A. Mon (M.N.Averbach). "The Colour Bar and the National Struggle for

Full Democratic Rights", *Workers`Voice*, 1,2, November 1944. Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/archive/south-africas-radical-tradition-documentary-history-volume-one-1907-1950-allison-drew>

5 Os não europeus, são os africanos, os coloureds e os indianos. Os europeus são os brancos descendentes de europeus (ingleses) ou os africanos, que são os descendentes dos primeiros habitantes europeus na África do Sul (holandeses, franceses e alemães). Para ver mais: THOMPSON, L. *The History of South Africa*. 3ª ed. United States of America, Yale University. 2001, pp. 31-69.

6 Document 1 – Harry Snitcher, *Unite Against Segregation Condemn the C.A.C.* (1943). Disponível em <http://www.sahistory.org.za/archive/south->

dos *Coloureds*<sup>7</sup> em “não querer representações separadas, mas sim, direitos políticos iguais, salários decentes, melhores habitações, educação e pagamentos iguais para seus soldados e dependentes.

As sociedades coloniais na África<sup>8</sup> surgem através da presença do estrangeiro, o qual se insere dentro de uma sociedade pré existente, e “neste processo produz uma nova sociedade, ou uma sociedade diferente tanto da tradicional africana como da europeia ocidental”.<sup>9</sup> Os colonizadores, como enfatizou Hilda Kuper, mesmo quando vem em grupos selecionados de imigrantes, com a intenção deliberada de introduzir um modo particular de vida, serão sempre um fragmento de uma unidade maior e não conseguirão reproduzir a estrutura histórica da metrópole, que eles deixaram para trás. Apesar de suas habilidades, eles serão forçados a fazer ajustes às diferenças físicas e sociais do novo ambiente. Ainda de acordo com Hilda Kuper, o princípio de *dividir para governar*, controlando e fomentando, foi feito em diferentes áreas. Na África do Sul, os engenheiros do

*apartheid* utilizaram várias técnicas para separar a população em pequenas e exclusivas unidades comuns.<sup>10</sup> Não somente separaram os brancos, os *coloureds* e africanos, uns dos outros, mas fragmentaram estes grupos deliberadamente, em espaços territoriais diferentes, bem como culturalmente, com sistemas educacionais separados, com escolas vernaculares e escolas tribais.

Com relação ao colonialismo britânico Peter Fry diz que: “o sujeito colonial britânico *ideal* podia e devia ser educado nas técnicas modernas da sociedade britânica, mas deveria sempre manter a orientação e a lealdade à sua sociedade de origem”.<sup>11</sup> A política racial de segregação na África do Sul, segundo Legassick, “tem uma multiplicidade de significados e funções, em diferentes tempos e para diferentes grupos. Segregação opera em diferentes níveis de ideologia, controle social e produção laboral”.<sup>12</sup> Conforme Mamdani, todos os significados para segregação levam para a separação territorial e residencial, bem como para as atividades laborais para brancos e africanos na África do Sul.<sup>13</sup>

africas-radical-tradition-documentary-history-  
volume-two-1943-1964-allison-drew

7 Vamos nos referir, neste texto, as pessoas de descendência europeia na África do Sul como “brancos”. Os outros grupos raciais, pelas categorias tradicionais de “africanos”, *coloureds* (de cor) e “índios”. Manteremos *coloureds*, como usa-se na África do Sul, pois o termo “de cor” pode ser entendido também para os negros e malaios. Esta terminologia racial foi adotada por Lucien van der Walt na sua obra Negro e Vermelho – Anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880 a 1920 em Notas do Autor, p. 7.

8 A expedição britânica de 1795, forçou a capitulação dos oficiais holandeses instalados na Península do Cabo, que se constituía como parte da República Batávia. No Tratado de Amiens, de 1803, os holandeses recuperaram a região do Cabo, porém em janeiro de 1806 foram expulsos novamente e em 1814 a soberania inglesa sobre a colônia, foi confirmada aos olhos da Europa. Para ver mais: THOMPSON, op. cit. pp. 52-53.

9 KUPER, Hilda, The Colonial Situation in Southern Africa. In: The Journal of Modern African Studies. Vol 2 N° 2 (Jul, 1964), Cambridge University Press, 1964, p. 152.

10 Unidades comuns como as Townships (que localizam-se nas periferias das cidades) e as reservas nativas (também denominadas Bantustões). Estima-se que 3.548.900 pessoas foram removidas de suas casas e propriedades, entre 1960 e 1983. Vide: THOMPSON, L.M. A History of South Africa. 3rd ed. New Haven and London. Yale University Press. 2001, pp.193-195.

11 FRY, P. Culturas da Diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. In: Afro-Ásia, 29/30, 2003, p.285.

12 LEGASSICK, M. British hegemony and the origins of segregation in South Africa, 1901-14. In: Segregation and Apartheid in Twentieth-Century South Africa. London: Taylor & Francis e-Library. 2003. p.44.

13 MAMDANI, M. Ciudadano Súbdito. Africa contemporánea y el legado del colonialismo tardío. Mexico: Siglo XXI, 1998. p. 70-72.

Somado a isto, formou-se a ideia de que africanos e brancos tem *vontades e solicitações* diferentes nos campos sociais, culturais e políticos. Legassick declara que, para alguns pesquisadores, as raízes da segregação estão entranhadas no início da colonização por europeus brancos, quando van Riebeeck<sup>14</sup> separou os brancos dos povos Khoisan.<sup>15</sup> Porém, “o período crucial na formação da política de segregação foi entre as guerras sul africanas (Boers) de 1899 a 1902 e a primeira guerra mundial”.<sup>16</sup> Para Mamdani, a administração colonial inglesa, primeiro subordinou e depois deslocou totalmente as autoridades locais, na administração de todos os aspectos dos assuntos bantos, exceto na saúde.

Para Beinart e Dubow<sup>17</sup> segregação foi o nome dado, no início do século XX na África do Sul, para as políticas governamentais e práticas sociais que visavam regular as relações entre brancos e africanos, colonizadores e colonizados. Muitos elementos de segregação têm origem no período da administração holandesa, entre 1652 e 1806, como também no século XIX com as Repúblicas Boers e as colônias britânicas. Porém somente no século XX, que a ideologia da segregação foi refinada e o alcance do sistema foi totalmente implantado. Esta implantação do sistema segregacionista, seguiu-se a um lento processo histórico, com a conquista final das chefaturas africanas, na década de

1890 e com a consolidação das fronteiras do estado da África do Sul, no período subsequente as guerras Boers de 1899-1902. A segregação moderna representou uma resposta para a industrialização do subcontinente, iniciado com a descoberta e exploração de diamantes em 1859 e do ouro em 1886.

A segregação racial, reiteram Beinart e Dubow, surgiu das dinâmicas modernas da sociedade industrializada e não foi somente uma simples passagem para o século XX de velhas tradições de escravidão, paternalismo agrário e conflitos de fronteira. O fato de que os colonizadores brancos e os africanos, não eram as únicas comunidades estabelecidas, adicionou mais complexidade à forma que a segregação tomou na África do Sul. Na região do Cabo, um grupo conhecido como *coloureds* ocupavam uma posição social intermediária entre os negros africanos e os colonizadores brancos.

Divisões sociais nesta sociedade colonial tomaram cada vez mais características raciais rígidas. Após a unificação em 1910, o poder dos brancos foi usado para forjar uma das mais extremas formas de discriminação racial no mundo do século XX. Este sistema amadureceu da segregação para o *apartheid* na segunda metade do século e esteve por muito tempo no coração dos debates políticos da África do Sul.<sup>18</sup>

14 Jan van Riebeeck foi o comandante da expedição da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que em 1652, levou oitenta empregados desta Companhia, para a Península do Cabo para estabelecer ali um forte para suprir as frotas holandesas com frutas, vegetais e carne. Vide: THOMPSON, L. op. cit. pp. 31-33

15 O povo Khoisan, segundo Thompson (2001), foi o amálgama dos povos Khoikhoi (pastores) e dos San (caçadores-coletores) que viviam na região da Península do Cabo, antes da chegada dos europeus.

16 LEGASSICK, op. cit. p. 44.

17 BEINART, W; DUBOW. S. Introduction: The historiography of segregation and apartheid. The

meaning and context of segregation. In: BEINART, W; DUBOW. S. Segregation and Apartheid in Twentieth-Century South Africa. London: Taylor & Francis e-Library. 2003.

18 BEINART & DUBOW, op. cit. p. 3, tradução nossa, no original: “Social divisions in this colonial society increasingly took on a rigid racial character. After Union in 1910, white power was used to forge one of the most extreme forms of racial discrimination in the twentieth-century world. This system, which matured from segregation to apartheid in the second half of the century, has long been at the heart of political debates in the country.”

A segregação como um dogma da colonização britânica, transformou-se na política colonial anglófona, onde “a crença de que as diferentes *raças* não podiam nem deviam tentar se *converter à cultura* dos poderes coloniais”.<sup>19</sup> O colonialismo britânico segregacionista teve muitos expositores, onde as palavras mais mordazes foram registradas por Julian Huxley: “os negros são por natureza diferentes dos brancos e a eles inferiores”.<sup>20</sup> A segregação, segundo Beinart e Dubow, foi além da legislação restritiva, foi uma ideologia composta, baseada em práticas que legitimavam a diferença social e econômica em todos os aspectos da vida. Muitos dos elementos de segregação espacial e social, praticadas pelos brancos, foram inicialmente estabelecidas por convenções e mais tarde pelas leis. Da mesma forma, a exclusão dos africanos dos trabalhos especializados, e principalmente do exercício das funções de supervisão sobre os brancos, foram estabelecidos pelos costumes e depois pela legislação.

No Transvaal<sup>21</sup> vários acordos foram assinados para se obter mão de obra africana a um custo baixo. “O estado era responsável em estimular ou iniciar certos processos, como também de encaminhar ou inibir outros.”<sup>22</sup> A indústria mineira foi a mais privilegiada pelo crescimento do número de trabalhadores dependentes de salários. Legassick enfatiza que a indústria

mineira criou uma linha divisória entre trabalhadores especializados, que eram exclusivamente brancos e os não especializados, que eram exclusivamente negros. “A exclusão dos africanos do trabalho especializado, e principalmente do exercício de funções de supervisão sobre trabalhadores brancos, foi determinado *pelos costumes*, bem como pela legislação”.<sup>23</sup> O *Mines and Works Act n° 12 of 1911* determinava que era “permitido conceder certificados de competência, somente para brancos e *Coloureds*, para um número de ocupações mineiras especializadas.”<sup>24</sup> Esta lei foi revogada somente na seção 20 da *Mines and Works Amendment Act N° 27* de 1956.

As reservas nativas foram transformadas em reservatórios de trabalhadores baratos e sem especialização, para atender aos fazendeiros e industriais brancos. “Em 1936, 447.000 africanos nativos, de uma população estimada de 3.410.000, estavam temporariamente ausentes das reservas nativas.”<sup>25</sup> A maior parte destes ausentes eram homens entre quinze e cinquenta anos de idade. Os salários ganhos com este trabalho nas fazendas ou indústrias, tornou-se uma parte essencial da economia das suas propriedades rurais.

Neste contexto de segregação entre brancos e africanos, segregando também os *coloureds* e indianos, que se estabeleceram as relações de trabalho e

19 FRY, P. Culturas da Diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. In: Afro-Ásia, 29/30, 2003, p.282.

20 ROBERTS, 1900, p. 60 apud FRY, 2003, p. 286.

21 A região do Transvaal é a região onde foram descobertas em 1886, as minas de ouro de Witwatersrand.

22 LEGASSICK, op. cit. p. 46.

23 Nesta citação de Beinart e Dubow vemos que a utilização do termo “pelos costumes” se refere a aplicação das funções diferenciadas para a população negra e a população branca no mercado de trabalho e especialmente nas minas, que foi se formando pelos hábitos e pela repetição

e posteriormente incluídas na legislação., através da instituição dos “Colours Bars” como no *Mines and Works Act n° 12 of 1911*, que estabelecia funções diferenciadas para a população, baseadas na cor da pele. BEINART; DUBOW, op. cit. p.4 Grifo nosso.

24 *Mines and Works Act N° 12 of 1911*. Tradução nossa, no original: “Permitted the granting of certificates of competency for a number of skilled mining occupations to Whites and Coloured only”. Para ver mais consultar: <http://www.sahistory.org.za/politics-and-society/apartheid-legislation-1850s-1970s#sthash.2j1wqAry.dput>

25 THOMPSON, L.M. A History of South Africa. 3rd ed. New Haven and London. Yale University Press. 2001, p.164.

que surgiram as várias tendências sindicalistas.

### Os sindicatos sul africanos

Em 1910, segundo o autor Leonard Thompson, após dois séculos e meio de imigração e expansão da população branca europeia, somente vinte por cento da população, da recém formada União da África do Sul, eram brancos e controlavam a economia e a formulação das leis, bem como possuíam o direito de eleger seus representantes, enquanto os africanos “não tinham voz na formulação das leis e nem participação na aplicação e na administração destas leis.”<sup>26</sup> A população nas reservas nativas tinham poucas estratégias para alterar sua situação de pobreza e submissão, tratando somente em manter o controle de suas vidas e de suas pequenas produções agrícolas, e muito raramente faziam esporádicas inserções nos movimentos nacionais. Por outro lado, segundo Thompson, três organizações políticas surgiram para melhorar a situação da população africana em escala nacional: a APO (*African Political Organization*), que era uma organização dos *coloureds*, fundada em 1902; a SAIC (*South African Indian Congress*) que foi fundado pela população indiana em 1923 e o *South African Native National Congress* fundado pelos africanos Pixley ka Isala Seme, Alfred Mangena, Richard Msimang e George Montsioa. O *South African Native National Congress* fundado em 1912, mais tarde se tornou o *African National Congress*

(ANC). Os fundadores do ANC foram educados nas missões cristãs e formaram-se em direito na Inglaterra. Seme, inclusive estudou na Oxford University.<sup>27</sup>

Rueben Cetiwe, líder sindical, ao iniciar, em maio de 1918, uma das reuniões no IWW – *Industrial Workers of the World*, declarou: “Estamos aqui para a salvação dos trabalhadores. Estamos aqui para organizar e lutar pelos nossos direitos e benefícios”.<sup>28</sup> Estas reuniões se estenderam durante quatro anos, no sindicato revolucionário multi racial na África do Sul, o IWW – *Industrial Workers of the World*. Este sindicato revolucionário tentou “converter os trabalhadores africanos ao socialismo ou organizá-los em sindicatos”, porém não conseguiu recrutar, na prática, trabalhadores que não fossem brancos.<sup>29</sup> O IWW manteve suas ações entre 1917 a 1921, lutando contra a exploração capitalista, que estava acontecendo nas minas e poucas indústrias que começavam a surgir na África do Sul.

Ao mesmo tempo as lutas dos trabalhadores africanos (negros, *coloureds* e indianos) eram por melhores salários, pelo fim da segregação em *compounds*<sup>30</sup> e guetos residenciais, como também, pela liberação de seus direitos de ir e vir, isentando-os da obrigação de portar passes e ainda liberando-os da obrigação de manter suas famílias no campo, principalmente nas reservas nativas. Em setembro de 1917, em um manifesto do *Industrial Workers of Africa*, em Johannesburg, publicado em

26 Declaração de Pixley ka Isaka Seme, um dos fundadores do ANC (African National Congress) nas suas notas endereçadas à conferência de fundação do ANC.

27 Para mais detalhes ver: THOMPSON, op. cit. p. 173-175.

28 Rueben Cetiwe, um líder africano militante, iniciou a reunião semanal com esta declaração, em maio de 1918, em Johannesburg, onde um grupo de trabalhadores africanos e meia dúzia de radicais brancos se reunia, numa pequena sala atrás de uma loja, na esquina das ruas Fox e

McLaren. Fonte: *The Industrial Workers of Africa, 1917-1921* by Bikisha Media Collective.

29 VAN DER WALT, L. Negro e Vermelho - anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880 a 1920. Trad: POPINIGIS, F., POPINIGIS, N. São Paulo. Faísca Publicações Libertárias, 2014. p. 34.

30 *Compounds* eram os alojamentos, exclusivamente masculinos, criados nas minas de diamantes e adotados também nas minas de ouro. Inicialmente surgiram como única forma de evitar o roubo de diamantes. O *compound* West End da Diamantes De Beers, acomodava 3.000 trabalhadores. (HARRIES, 1994, p. 67)

Sesotho e isiZulu,<sup>31</sup> convocou-se os trabalhadores africanos: "Por que vocês precisam carregar um passe antes de poderem se movimentar para algum lugar? E se vocês forem encontrados sem o passe, por que vocês são jogados na prisão? Por que vocês trabalham duro por pouco dinheiro? E novamente são jogados na prisão se se recusarem a trabalhar?"<sup>32</sup>

Em alguns anos o *Industrial Workers of Africa*, o *Industrial and Commercial Union* e vários outros sindicatos negros evoluíram para o *Industrial and Commercial Workers Union* (ICU), que teria associados africanos, *coloureds* e brancos, formando um dos maiores sindicatos revolucionários multirracial. Este sindicalismo, que lutou contra o capitalismo na África do Sul, no auge do colonialismo, teve seu "período glorioso" entre 1880 a 1930, e não era somente um sindicalismo revolucionário e um movimento internacional, era também um movimento internacional e anti racista. Segundo o documento *E. R. Roux, Black and White Trade Unionism in South Africa*, de 28 de julho de 1928,<sup>33</sup> inicialmente (a partir de 1880) não havia sindicatos nativos (de africanos negros) na África do Sul. Os primeiros sindicatos eram formados por trabalhadores brancos especializados, sendo a maioria imigrantes ingleses. Alguns sindicatos, como o *Amalgamated Engeneering Union*, era simplesmente filial da organização que tinha a matriz na Inglaterra. Nesses sindicatos formados por brancos, falava-se inglês e somente

após as guerras Anglo-Boer, que passou-se a falar também o africâner. A maioria dos sindicatos de brancos não aceitavam os africanos e nem os *Coloureds*, mesmo na região do Cabo, onde a população de *Coloureds* era maior.

Para Lucien van der Walt,<sup>34</sup> a maioria da classe trabalhadora, até 1930, era composta de africanos subjugados, não livres e pobres, sendo "nativos" falantes das línguas Banto. Grande parte vinha das reservas nativas ou das colônias vizinhas.<sup>35</sup> Grande parte trabalhava em fazendas e o restante trabalhava na mineração, nas docas, na manufatura e no setor público. Na maioria dos setores, predominavam os trabalhadores por contrato, de 18 a 24 meses de duração. Acima dessa camada, de trabalhadores por contrato, ou seja de migrantes vindos de outras colônias, existiam muitas esferas de trabalho livre. Nas esferas de trabalho livre, havia muitos brancos, parte deles muito pobres. Lucien Van der Walt enfatiza, que a maioria dos trabalhadores brancos eram a favor do "Trabalhismo Branco", onde as reformas de bem estar e reserva de trabalho eram somente para os brancos; e pregavam ainda a segregação racial e a repatriação dos asiáticos. Esta era a plataforma, até meados de 1910, dos sindicatos de trabalhadores brancos, descendentes de europeus. O "Trabalhismo Branco também formou a base política do sindicato apoiado pelo Partido Trabalhista da África do Sul (SA Labour Party) lançado em 1910.

31 Sesotho e isiZulu são línguas nativas africanas, portanto este manifesto era destinado diretamente aos africanos (nativos). Hoje a África do Sul possui 11 línguas oficiais, sendo duas delas o inglês e o Afrikaans (africâner). THOMPSON, L. *The History of South Africa*. 3ª ed. United States of America, Yale University. 2001.

32 Parcial do manifesto do Industrial Workers of Africa emitido em Johannesburg, setembro 1917, publicado no documento Fonte: The Industrial Workers of Africa, 1917-1921 by Bikisha Media Collective. SAHO

33 Document 15 – E. R. Roux, *Black and White Trade Unionism in South Africa*, 28 July, 1928.

Disponível em:

<http://www.sahistory.org.za/archive/south-africas-radical-tradition-documentary-history-volume-one-1907-1950-allison-drew>

34 VAN DER WALT, L. Negro e Vermelho - anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880 a 1920. Trad: POPINIGIS, F., POPINIGIS, N. São Paulo. Faísca Publicações Libertárias, 2014. pp. 16-18.

35 As colônias vizinhas eram Moçambique e as duas Rodésias (do Sul e do Norte, hoje Zimbábue e Zâmbia).

Ainda segundo van der Walt, os anarquistas e os sindicalistas revolucionários negros, opunham-se ao “Trabalhismo Branco”, principalmente contra as questões segregacionistas. Desenvolveram uma crescente crítica contra a discriminação racial e contra o preconceito. Ao invés de incitar as lutas de brancos contra negros, eles defendiam unir os trabalhadores, sem distinção de raças, contra a classe dominante. Na sua forma mais desenvolvida, o sindicalismo revolucionário negro considerava o Grande Sindicato (*One Big Union*) como, simultaneamente, o modelo ideal para a unidade de classe e a arma contra a opressão nacional das pessoas de cor (africanos, *coloureds* e indianos) e ainda chamava para a revolução social, com direitos iguais para todos, independentemente da cor de sua pele.

Ao editar o “*The Bloemfontein Trade Union Conference and the industrial Conciliation Act*”<sup>36</sup> o general Smuts<sup>37</sup> determinou que os trabalhadores africanos teriam os mesmos direitos que os trabalhadores brancos e *Coloureds*. Declarou também que aceitava reconhecer os sindicatos dos africanos, desde que estes sindicatos fossem submetidos a um conselho de brancos. A esta decisão, os sindicatos dos africanos consideraram-se insultados. Este não era um reconhecimento de seus direitos e sim um insulto e que destruiria a sua militância e independência. Indignados os líderes sindicalistas negros rejeitaram este reconhecimento humilhante e argumentaram que todo líder sindicalista, branco ou negro, deveria rejeitar este plano de Smuts e que todos deveriam lutar pelo pleno reconhecimento

frente a legislação sul africana.

### Considerações Finais

A segregação foi uma política complexa, compatível com os interesses do capital mineiro, da indústria e agricultura dos capitalistas brancos. Segregação foi o caminho utilizado pela África do Sul para o seu desenvolvimento e industrialização, mantendo afastada a possibilidade de miscigenação de sua população. Por outro lado, a preocupação com o surgimento dos sindicatos e proletarização dos nativos africanos, reforçou as ideias da segregação e posterior implementação do *apartheid*, que se consolidou como a política dominante na África do Sul a partir da década de 1950. O modelo segregacionista se repetiu na formação dos sindicatos, vista principalmente nos sindicatos brancos, que defendiam a manutenção da superioridade branca e o acesso as posições mais privilegiadas dentro do mercado de trabalho. Porém, o sindicalismo revolucionário, como o ICU (*Industrial and Commercial Workers*) conseguiu unir uma grande massa de associados de africanos, *coloureds* e brancos formando o maior movimento de massa sul africano se estendendo inclusive para as colônias vizinhas. Apesar da falta de reconhecimento e legalização dos sindicatos revolucionários africanos (negros), eles empreenderam a luta pela igualdade de direitos e enfrentaram o governo segregacionista. Seus líderes, como Joe Slovo<sup>38</sup> e Nelson Mandela, entre outros, pagaram com anos de encarceramento, ou de exílio, pela sua

36 Document – 133. Editorial : The Bloemfontein Trade Union Conference and the Industrial Conciliation Act”. *The Militant Worker*, October-November 1945. Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/archive/south-africas-radical-tradition-documentary-history-volume-one-1907-1950-allison-drew>

37 O general Jan Cristiaan Smuts foi o primeiro ministro da África do Sul entre 1919 e 1924 e de 1939 a 1948.

38 Joe Slovo foi político sul africano, oponente do apartheid foi líder do South African Communist Party e líder também do African National Congress (ANC). Comandante da ala military do ANC. Viveu no exílio entre 1963 à 1990. A sua esposa Ruth First, que também lutou contra o apartheid foi assassinada em Maputo, em 1982 por um major da polícia de segurança do apartheid.

disposição em lutar por direitos iguais, tanto na política como no trabalho, para sul africanos de todas as cores, não importando serem brancos, negros, *coloureds* ou indianos.

## Referências

BEINART, W.; DUBOW, S. Introduction: The historiography of segregation and apartheid. In: **Segregation and Apartheid in Twentieth-Century South Africa**. London, Routledge, 1995. p. 1-24.

DUBOW, S. **Racial Segregation and the Origins of Apartheid in South Africa (1919-36)**. New York, St. Martin's Press, 1989.

FRY, P. Culturas da Diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. In: **Afro-Asia**, 29/30, 2003, p. 271-316

HARRIES, P. **Work, Culture and Identity: Migrant Labourers in Mozambique and South Africa 1860-1910**. London: James Currey, 1994.

KUPER, H, The Colonial situation in Southern Africa, In: **The Journal of Modern African Studies**, Vol.2, N° 2 (Jul,1964), p. 149-164.

LEGASSICK, M. British Hegemony and the origins of segregation in South Africa, 1901-14.

In: **Segregation and Apartheid in Twentieth-Century South Africa**. London, Routledge, 1995. p. 43-59.

MAMDANI, M. **Ciudadano Súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío**. México: Siglo XXI, 1998.

THOMPSON, L. **The History of South Africa**. 3ª ed. United States of America, Yale University. 2001.

VAN DER WALT, L. **Negro e Vermelho - anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880 a 1920**. Trad: POPINIGIS, F., POPINIGIS, N. São Paulo. Faísca Publicações Libertárias, 2014.

Sites consultados:

<http://www.sahistory.org.za/archive/south-africas-radical-tradition-documentary-history-volume-one-1907-1950-allison-drew> consultado em junho de 2016.

<http://www.sahistory.org.za/archive/south-africas-radical-tradition-documentary-history-volume-two-1943-1964-allison-drew> consultado em junho de 2016.

<http://www.sahistory.org.za/people/doc-bikitsha> consultado em junho de 2016 e

em 06 de agosto de 2017.

[www.nelsonmandela.org](http://www.nelsonmandela.org) consultado em junho de 2016 e em 06 de agosto de 2017